

Modulo I: Museologia como forma de preservação patrimonial



Autora/Organização/Coordenação

Suzy Santos

Edição

Suzy Santos e Tiago Cavalcante Guerra

Design capa e infográfico

Sara Uliana

Publicação

AAPAH - Associação dos Amigos do Patrimônio Histórico de Guarulhos

Equipe AAPAH

Artur do Vale, Bruno Leite de Carvalho, Carlos Alberto Pereira, Cristiano Silva, Diogo Leite de Carvalho, Elmi El Hage Omar, Ellen Taís Santana, Evanir Penna, Júlio Bueno, Kamila Resende, Larissa Lucindo Fernandes, Lionel Fontanesi, Mário Cabral, Sara Uliana, Suzy Santos, Peterson Mendes Paulino, Tiago Guerra e Vanessa Freitas Vicente.

Conselho Diretor AAPAH – Biênio 24/26

Peterson Mendes Paulino (Diretor Geral); Larissa Lucindo Fernandes (Diretora Adjunto); Vanessa Freitas Vicente (Diretora administrativa)



1ª Edição, Guarulhos, 2025

38 p: 21x29

ISBN:

<https://aapah.org.br/>

2025

**Curso Patrimônio Cultural:
Resistências, diversidades e conexões**

**MUSEOLOGIA COMO FORMA
DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL
- MÓDULO I -**

GUARULHOS, 2025

Sumário

Introdução	1
Matriz Curricular	3
Procedimentos didático-metodológicos	3
Instrumentos de Avaliação.....	4
1. Introdução à Museologia.....	5
2. Museologia Social e Museologias Afirmativas.....	8
3. Museografia: da curadoria à expografia.....	11
4. Participação, Inclusão Social e Educação Museal.....	12
5. Guarulhos e seus museus	17
6. Presença Indígena em Guarulhos	19
7. Presença Negra em Guarulhos.....	23
8. Presença nordestina em Guarulhos e a ocupação recente da cidade	27
9. Oficina “Escrevivências Museológicas”	29
Bibliografia do curso e indicação de leituras	30

Introdução

O primeiro módulo do Curso Patrimônio Cultural: Resistências, diversidades e conexões, intitulado “Museologia como forma de Preservação Patrimonial” propõe um diálogo entre teoria e prática, explorando metodologias de musealização, museologia social e comunitária, bem como a necessidade de revisão de narrativas patrimoniais.

A cidade de Guarulhos e Região Metropolitana de São Paulo, com sua expressiva diversidade populacional e histórica, servem como ponto de partida para reflexões e análises sobre o potencial cultural e patrimonial local, considerando ainda referências de demais territórios brasileiros, de modo a discutir formas de valorização, reconhecimento e difusão dos patrimônios culturais existentes, incluindo experiências e conhecimentos tradicionais de diferentes comunidades e grupos sociais.

Compreende-se que a museologia não é neutra, e que historicamente os processos museológicos foram marcados por uma perspectiva hegemônica, voltada à preservação de memórias e patrimônios ligados a grupos elitizados ou a partir de suas visões de mundo, no caso de acervos referenciais de outros grupos sociais.

Torna-se fundamental, neste contexto, evidenciar a existência de *Museologias Plurais*, que incluem abordagens afirmativas, comunitárias, decoloniais², contra-coloniais³ e antirracistas⁴, de modo a iluminar, visibilizar e fortalecer as memórias e patrimônios de diferentes grupos sociais, promovendo a democratização do acesso e o engajamento comunitário na preservação cultural.

Objetivamente, pretendemos ampliar o entendimento sobre processos de patrimonialização e musealização, acrescentar o entendimento e promover reflexões críticas sobre processos de patrimonialização e musealização e suas relações com identidade, memória, território, diversidade cultural, participação social e políticas culturais, formando profissionais e agentes culturais dos campos da educação, cultura e turismo, e demais pessoas interessadas em adquirir conhecimentos básicos sobre museologia e o patrimônio cultural, para atuarem em prol da preservação e difusão.

Por meio de discussões teóricas, estudos de caso e visitas técnicas a diferentes tipologias de museus e espaços de memória, enfatizamos o potencial da consolidação destes espaços como lugares de resistência, inclusão e valorização da diversidade cultural.

Pretendemos contribuir com a formação de profissionais e agentes culturais que atuam (ou para atuar) na preservação e difusão de patrimônios culturais, promovendo o engajamento comunitário e políticas culturais democráticas, e evidenciar a necessidade de efetivação de políticas públicas culturais e museológicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Estima-se que ao final do módulo as pessoas participantes se apropriem de conceitos gerais e específicos do campo museológico; compreendam a importância dos museus na construção da memória coletiva e na promoção da diversidade cultural, reconhecendo o potencial museológico dos patrimônios culturais em diferentes

territórios; apreendam metodologias utilizadas e desenvolvidas pela museologia para a preservação e difusão do patrimônio museológico; reflitam sobre os desafios da museologia comunitária e seu potencial para a preservação do patrimônio imaterial; fomentem práticas mais democráticas, participativas, inclusivas e acessíveis em espaços culturais e museológicos; se engajem na multiplicação das ações de educação patrimonial e na construção de políticas públicas para o fortalecimento da museologia e do patrimônio cultural nos níveis municipal, estadual e federal; conheçam e contribuam com museus comunitários e espaços de memória.

As visitas técnicas a museus e espaços de memória, como o Museu Comunitário do Jardim Vermelho, o Museu do Futebol, o Espaço Wassu e o Memorial Mãe Efigênia, no Ilê Axé Omon Obá Olooke ty Efon, possibilitarão uma imersão prática e crítica nos processos de musealização e patrimonialização.

Ao valorizar diferentes formas de musealização e suas relações com a identidade e resistência cultural, espera-se que o módulo contribua para ampliar o desenvolvimento de profissionais e agentes culturais comprometidos com a preservação e a difusão do patrimônio cultural de maneira sensível, crítica e engajada, enfatizando o papel social dos museus e espaços culturais na contemporaneidade.

Que possamos juntos/as/es construir novas possibilidades para a museologia, ressignificando memórias, promovendo a valorização das diversidades e fortalecendo espaços de pertencimento e resistência.

Desejamos a você uma excelente jornada de aprendizado e reflexão!

Notas:

1. Museologia hegemônica - Tradições museológicas que se sobrepõem, invisibilizam e desconsideram formas diversas de preservação de diferentes tipologias de museus, e limitadas à representação e preservação de bens culturais relacionados às classes abastadas, à branquidade, ao patriarcado, aos sujeitos cisgêneros... à normatividade, que criam aparatos simbólicos que reforçam a ideia de superioridade destes grupos sociais.
2. Uma abordagem decolonial refere-se a uma forma de pensar, analisar e agir no mundo que questiona e busca superar os efeitos duradouros do colonialismo e do eurocentrismo, questionando, problematizando e se opondo à ideia de que o conhecimento, a cultura e as estruturas sociais europeias são superiores ou universais.
3. Uma abordagem contra-colonial, com base no termo criado por Nêgo Bispo (SANTOS, 2015, p.20-48), se refere a processos de enfrentamento e resistência a povos colonizadores por povos contra-colonizadores, em defesa dos territórios em disputa, símbolos, significações e modos de vida. Sua análise tem como foco as comunidades formadas por povos originários das Américas (indígenas) e os povos que vieram da África (sequestrados e escravizados), e seus descendentes.
4. Antirracismo - Posicionamento e atuação social e política contra o ódio, o preconceito, a opressão, a exclusão e todas as formas de expressão contra grupos racializados (racismo).



Matriz Curricular

Semana	Data	Componente curricular	Carga Horária	Teórica / Prática
1	10/05/2025	Introdução à Museologia	3h	Teórica
2	17/05/2025	Museologia Social e Museologias Afirmativas	3h	Teórica
3	24/05/2025	Museografia: da curadoria à expografia	3h	Teórica
4	31/05/2025	Participação, Inclusão Social e Educação Museal	3h	Teórica
5	07/06/2025	Guarulhos e seus museus * com a participação do historiador e pesquisador Júlio Bueno Rosa Neto	3h	Teórica
6	14/06/2025	Presença Indígena em Guarulhos * Visita ao Espaço Wassu, da Aldeia Multiétnica de Guarulhos	3h	Teórica / Prática
7	28/06/2025	Presença Negra em Guarulhos * Visita ao Memorial Mãe Efigênia, no Ilê Axé Omon Obá Olooke ty Efon, com participação do Grupo Capoeira ECE Brasil	3h	Teórica / Prática
8	05/07/2025	Presença nordestina em Guarulhos e a ocupação recente da cidade * visita mediada ao Museu Comunitário do Jardim Vermelho	3h	Teórica / Prática
9	12/07/2025	Oficina “Escrevivências Museológicas”	3h	Teórica / Prática



Procedimentos didático-metodológicos

O curso está organizado a partir dos seguintes recursos didático-metodológicos:

- Apostila teórica contendo o material de leitura e o planejamento das 9 semanas de curso;
- Aulas expositivas e visitas a Museu, Espaço Cultural e Memorial
- Oficina prática
- Material de estudo complementar: vídeos, artigos e outros materiais de referência.



Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos para a avaliação do envolvimento e desempenho das pessoas participantes serão:

- Frequência de 75%;
- Participação e feedback com autoavaliação.

Espera-se um ambiente respeitoso e dialógico para a realização da formação.



1. Introdução à Museologia

A etimologia do termo Museologia nos leva ao “estudo do museu”, distinguindo-se da prática museográfica. Entretanto, ao longo do tempo, a palavra passou a assumir múltiplas acepções que revelam a riqueza e complexidade deste campo.

A publicação “*Conceitos-Chave de Museologia*” (2013), apresenta cinco acepções principais:

1. Museologia como referência ao universo museal: empregada amplamente em países anglo-saxônicos e latino-americanos, essa acepção considera o termo aplicável a tudo que se relaciona ao museu – desde setores internos (como a reserva técnica) até funções e profissionais museais em geral.
2. Museologia como **ciência aplicada ao museu**: aproxima-se do pensamento de Georges Henri Rivière, entendendo a Museologia como ciência aplicada que estuda a história, a função social, os métodos de conservação e a organização dos museus. Essa concepção se opõe à museografia, associada à prática.
3. Museologia como **disciplina científica independente**: influenciada pelas escolas do Leste Europeu e pelo ICOFOM nas décadas de 1980-90, esta perspectiva propõe a museologia como campo científico voltado à análise da relação humana com a realidade material. O conceito de musealidade emerge aqui como categoria-chave.
4. **Nova Museologia**: movimento crítico que surge entre os anos 1960-80, em oposição ao modelo tradicional de museu, que enfatiza a função social, o desenvolvimento local, a participação social, novas tipologias de museus, como os museus comunitários e ecomuseus, e uma comunicação renovada com os públicos. Marca-se pela interdisciplinaridade e pelo olhar sociopolítico.
5. Museologia como **campo de reflexão crítica**: propõe a Museologia como um campo aberto de teorização interdisciplinar, articulando filosofia, documentação, preservação, comunicação e ética. Nessa linha, Bernard Deloche sugere compreendê-la como “filosofia do museal”, reguladora das funções documentais e da atuação institucional.

As discussões que envolvem a conceituação de museologia ocorreram e ocorrem no âmbito de organizações nacionais e internacionais compostas por profissionais de museus, como o Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), que integra o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

O ICOM é uma organização internacional sem fins lucrativos criada em 1946, que mantém relações formais com a UNESCO (sediada junto à instituição, em Paris,

França), executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente, o ICOM possui mais de 40.000 afiliados/as - profissionais e instituições -, provenientes de 141 países, e promove diversas atividades nacionais, regionais e internacionais: oficinas, publicações, programas de formação, intercâmbio e de promoção de museus (ICOM, 2024).

O ICOM também possui:

- 117 Comitês Nacionais;
- 31 Comitês Internacionais;
- 15 Organizações Regionais.

Seus Comitês e Organizações compõem o Conselho Consultivo do ICOM, formado por membros eleitos nas Assembleias que se realizam nas Conferências Gerais.

O ICOFOM (traduzido do inglês *International Committee for Museology*) foi fundado em 1977 por iniciativa de Jan Jelínek (Tchecoslováquia), com o objetivo de promover a pesquisa e o pensamento teórico no mundo dos museus. Trata-se de um dos mais populares do ICOM, e mantém amplo debate sobre as terminologias associadas ao campo museológico.

Entre 2020 e 2022 o ICOM criou um comitê internacional que promoveu ampla discussão internacional acerca da nova definição de Museu. A metodologia utilizada contemplou etapas colaborativas que mobilizaram a comunidade museal em todo o mundo.

De acordo com o ICOM Brasil, que concentrou as discussões no Brasil, foram registradas mais de 2.300 participações nas consultas públicas realizadas ao longo do processo. De modo similar ao termo Museologia, o termo Museu vem passando por diferentes conceituações ao longo do tempo.

A Museologia apresenta-se, portanto, como um campo em constante transformação, cujo escopo se expande a partir da interação entre teoria e prática, profissionais e sociedade civil e/ou organizada. Seja como ciência aplicada, campo interdisciplinar ou filosofia do museal, a Museologia reflete múltiplas formas de entender e atuar sobre os museus e a realidade que os cerca.

Políticas Públicas Museológicas

Especialmente nas duas últimas décadas o Brasil vem sendo elaboradas uma série de políticas públicas culturais para a área de museus.

No âmbito federal, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), criado por meio da Lei nº 11.906/2009 com o objetivo de desenvolver a Política Nacional de Museus (PNM): programas e projetos voltados ao desenvolvimento e revitalização das

instituições museológicas existentes e ao fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país.

A PNM foi lançada pelo Ministério da Cultura em 16 de maio de 2003 em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro/RJ). Sua construção contou com ampla participação de representantes da área de museus e de áreas afins, e os documentos básicos, após debate com a comunidade museológica, culminaram no lançamento do caderno *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania* (IBRAM, 2024).

O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2025-2035, documento estruturante do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e uma referência para o planejamento de todo o setor museal, foi publicado após amplo processo de escuta ao campo museal. Ao longo de 2024 o Ibram organizou 22 reuniões do Programa (re)Conexões e houve 12 encontros autogestionados de redes, associações, instituições de ensino, movimentos e museus por todo o Brasil. Nessas reuniões foi apresentado um conjunto inicial de diretrizes, elaboradas pelo Ibram a partir das propostas da IV Conferência Nacional de Cultura, realizada entre 4 e 8 de março de 2024 (Ibram, 2025).

No âmbito estadual, a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa (SCEIC), é responsável pela elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas ao patrimônio museológico do Estado de São Paulo. Estrutura-se desde 2006 a partir de duas vertentes: o Grupo Técnico de Preservação do Patrimônio Museológico (GPPM), dedicado ao acompanhamento dos contratos de gestão dos museus vinculados à SCEIC, e o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), criado em 1986, que se dedica à qualificação e fortalecimento e à elaboração de políticas públicas para os museus paulistas.

Embora o organograma da Secretaria da Cultura de Guarulhos conte com uma Seção Administrativa de Patrimônio Histórico, Arquivos e Museus, vinculada ao Departamento de Atividades Culturais, da Divisão Administrativa de Atividades Culturais, e o Plano Municipal de Cultura (elaborado com a participação da sociedade civil a partir de 5 Conferências Municipais de Cultura, realizadas entre 2017 e 2019, e publicado em 2020) apresente como meta o “Fortalecimento dos espaços museológicos para gestão e difusão dos acervos e bens culturais” (meta 13) e a “Formulação e implantação de uma política integrada de gestão e difusão de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, respeitando suas especificidades” (meta 14), atualmente inexistem políticas públicas voltadas aos museus municipais.

O Plano de Governo do atual Prefeito do município, com propostas para a gestão de 2025 a 2029, ignora a existência de um museu histórico municipal e apresenta projeto para a “construção do Museu da Cidade” (SANCHES, 2024).

Entende-se, deste modo, a importância do desenvolvimento de uma sociedade que reconheça a importância dos museus e cobre do poder público políticas públicas de preservação de patrimônios museológicos locais.

Legislações da Área Museológica:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Artigos 215 e 216 - Proteção aos bens culturais e a obrigação do Estado em promover a cultura como forma de desenvolvimento sustentável da sociedade
- LEI Nº 7.287/1984 - Regulamentação da profissão de museólogo
- LEI Nº 9905/1998 – Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
- LEI Nº 11.904/2009 - Estatuto de Museus
- LEI Nº 11.906/2009 - Cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)
- LEI Nº 12.840/2013 - Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus
- RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 1/2014 - Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados



2. Museologia Social e Museologias Afirmativas

A Museologia Social surge como um desdobramento potente da Nova Museologia, movimento que sacudiu as estruturas do campo museal ao propor uma renovação profunda de seus fundamentos, práticas e sentidos. Para algumas pessoas, pesquisadoras e/ou profissionais, ela representa uma ruptura radical com modelos tradicionais e excludentes. Para outras, trata-se de uma evolução necessária, um ajuste indispensável para que a museologia continue relevante diante dos desafios e complexidades do mundo contemporâneo.

Independente da vertente, compreende-se um rompimento com a percepção de museus como espaços neutros e contemplativos, e um reposicionamento enquanto agentes ativos, formados por sujeitos que possuem identidades, lugares de fala e experiências variadas de vida, e deste modo devem ser capazes de dialogar com saberes diversos – tradicionais, populares, acadêmicos, emergentes, científicos e cotidianos – sem hierarquizações. A Museologia Social aposta na conexão com as tecnologias, novas metodologias, movimentos sociais e formas plurais de conhecimento que nascem fora dos muros das instituições convencionais.

Nesse contexto, amplia-se a noção de patrimônio – contemplando referências materiais e imateriais, simbólicas, naturais, multidimensionais etc. Amplia-se também o papel do museu, abarcando funções sociais transformadoras, comprometidas com a justiça e a inclusão social, além da defesa dos direitos humanos. Mais do que preservar objetos, a Museologia Social busca preservar e fortalecer vidas, histórias, territórios e identidades, se posicionando contra qualquer forma de exclusão, preconceito, intolerância ou violência que negue o direito de existir com dignidade.

Mário Chagas e Inês Gouveia (CHAGAS; GOUVEIA, 2014; CHAGAS, 2014) destacam a persistência de práticas museológicas autoritárias e excludentes, herdadas de concepções nazistas e fascistas, paralelamente aos avanços do campo. Por essa razão, refutam a ideia de que “toda museologia é social” e reforçam que a Museologia Social é, acima de tudo, militante - uma museologia popular, ativa, crítica, engajada e dialógica, com compromissos políticos muito bem definidos: contribuir com a redução das desigualdades, combater preconceitos, promover a dignidade humana e fortalecer os laços comunitários por meio do poder da memória, do patrimônio e dos museus.

No âmbito desse eixo politicamente engajado, destacam-se as chamadas “museologias afirmativas”: Museologia de Gênero, Museologia LGBT, Museologia Indígena, Museologia Afro-brasileira, Museologia das Encruzilhadas, Museologia Feminista, Museologia PositHIVa, entre outras. Essas abordagens emergem de diferentes contextos históricos, geográficos e culturais, e são construídas a partir de experiências próprias, respeitando os lugares de fala e as vivências dos sujeitos sociais envolvidos.

Conceitos como representação, representatividade e protagonismo deixam de ser palavras de ordem e se tornam prática cotidiana. São museologias que questionam a

neutralidade e se posicionam, que se constroem a partir de compromissos éticos e políticos bem definidos – e por isso enfrentam resistências, o que revela mais sobre os limites e hegemonias presentes no campo museológico frente às demandas por visibilidade e representação. Afinal, nenhum conhecimento é neutro. Toda produção de saber está atravessada por percepções de mundo, ideologias e escolhas políticas – inclusive a Museologia.

A Museologia Social e as Museologias Afirmativas, portanto, contribuem para a ampliação do campo museológico e para a sua reconstrução, tensionando, propondo, acolhendo e, acima de tudo, se abrindo ao protagonismo e à amplificação de vozes de pessoas que por muito tempo foram silenciadas.



3. Museografia: da curadoria à expografia

O termo *Museografia* surgiu antes mesmo do termo *Museologia*!

Como vimos anteriormente, o primeiro registro da palavra aparece no século XVIII, na obra de Friedrich Neickel, de 1727. Desde então, a “Museografia”, que se inicia como um método prático de organização de acervos, assumiu diversos significados, que continuam sendo debatidos e aplicados nos museus contemporâneos.

Importante mencionar que a chamada “Museografia Neickeliana” evidencia a preocupação com a organização, registro e pesquisas de acervos, o que contraria a percepção de que os Gabinetes de Curiosidades, considerados os antecessores dos museus modernos, “amontoariam” apenas coleções formadas por uma série de objetos e artefatos exóticos ou esotéricos. Embora o sucesso e a procura por coleções desse perfil evidenciasse um certo fetiche pelo Outro por parte dos Europeus, interpretações contemporâneas desses acervos descortinam o colonialismo associado e são capazes de revelar sentidos múltiplos de preciosidades variadas.

De acordo com a publicação “Conceitos-Chave de Museologia” (2013, p. 58-60), atualmente o termo museografia pode ser compreendido a partir de três acepções principais:

1. Como prática aplicada da museologia, referindo-se ao conjunto de técnicas e procedimentos operacionais que colocam em prática as funções museais, sustentam o cotidiano dos museus e garantem o seu funcionamento:
 - administração institucional;
 - salvaguarda (conservação preventiva, restauração, documentação); e
 - comunicação (exposição, mediação cultural, educação, publicações).
2. A arte e a técnica de montar exposições, o que deve considerar a diversidade de públicos e criar estratégias que favoreçam a boa recepção da mensagem museológica. Essa arte/técnica contempla:
 - a definição conceitual da exposição: temas, conteúdos e objetivos expositivos;
 - aspectos científicos relacionados à preservação dos acervos (expostos ou em reserva técnica): documentação e pesquisa;
 - aspectos técnicos relacionados à preservação dos acervos: segurança, conservação e expografia;
 - aspectos comunicacionais: cenografia (composição em um espaço tridimensional - o lugar teatral: cor, iluminação, formas, volumes e linhas), sinalização e mediação;
 - a criação de relações funcionais entre os espaços expositivos e os demais espaços do museu.
3. Originalmente, “museografia” era o termo usado para designar o conteúdo de um museu - sentido etimológico e histórico -, servindo como uma ferramenta de pesquisa sobre os objetos e suas fontes documentais. Essa acepção

permaneceu forte no século XIX e ainda é utilizada em alguns idiomas, como o russo.

Um projeto museográfico na contemporaneidade exige a elaboração de um Plano de Necessidades, que deve orientar de aspectos relacionados à infraestrutura do museu à curadoria de experiências significativas para públicos diversos. Esse planejamento deve contemplar:

- métodos participativos para a definição da vocação e missão institucional (ou mesmo do projeto);
- métodos colaborativos de gestão, considerando a representatividade da diversidade das comunidades às quais o museu deve servir;
- o uso, ocupação e acesso a todos os espaços do museu: administrativos, técnicos, funcionais e expositivos;
- os recursos financeiros e tecnológicos disponíveis e sua manutenção;
- estratégias contemporâneas de segurança, acessibilidade, comunicação e educação museal.

Em um segundo momento, é hora de definir as melhores técnicas e tecnologias para salvar e apresentar os acervos: expografia, recursos sinestésicos, dispositivos multissensoriais, mídias digitais, entre outros. Os processos descritos nos itens 1 e 2 devem ser contemplados nessa etapa.

Para que um museu cumpra sua função social, se mantenha vivo e integrado às suas comunidades, é necessário um maduro Sistema de Documentação Museológica (OLIVEIRA, 2018) que conecte todas as áreas e processos internos do museu, garantindo fluxos integrados de informação e ação, e que esteja disponível ao público visitante interessado em aprofundar o conhecimento sobre os acervos e temas correlatos.

Finalmente, as ações de comunicação nos museus têm como finalidade principal tornar os bens culturais acessíveis ao público (Estatuto de Museus, 2009 , Art. 31). Essas ações envolvem:

- Programa de Comunicação: materiais gráficos, sinalização, mídias digitais e publicações (catálogos, livros, entre outros);
- Programa de Exposições: de longa duração, temporárias, itinerantes, virtuais; Programa Educativo: mediação cultural, projetos, materiais pedagógicos e lúdicos;
- Programas de Acessibilidade: práticas transversais que atendam à variedade de públicos, com ou sem deficiência.

Todas essas ações museográficas contribuem para tornar o museu um espaço dinâmico, acessível, inclusivo e significativo para todos os públicos.



4. Participação, Inclusão Social e Educação Museal

Em essência, os museus devem ser, além de espaços educativos por excelência, espaços de construção de memória, identidade e conhecimento, e isso não pode acontecer de forma legítima sem a participação ativa de diferentes vozes, saberes e experiências. Desse modo, participação e inclusão são palavras-chave de qualquer iniciativa museológica contemporânea.

A ação educativa dos museus permite, há muitas décadas, que os públicos se sintam mais próximos dos museus. Contudo, embora sejam os setores que mais dialogam com os públicos, com exceção das equipes de segurança e limpeza, geralmente se tratam das equipes técnicas que enfrentam maior dificuldade de valorização nestes ambientes de trabalho.

Ao contrário do que muitas pessoas imaginam, o trabalho de educadores museais é muito mais amplo do que receber os públicos visitantes. Para que a Educação Museal tenha o poder de transformar o museu de um espaço de contemplação para um espaço de diálogo, aprendizado e cidadania, as equipes educativas precisam desenvolver um amplo trabalho de pesquisa, interseccionando temas correlatos ao referencial patrimonial apresentado ao público.

A Educação museal é um campo de atuação e reflexão desenvolvidos no contexto dos museus que objetivam promover processos educativos a partir da interpretação e em diálogo com acervos, exposições, memórias e patrimônios, considerando sempre os contextos sociais, culturais e históricos dos públicos envolvidos. Mais do que "ensinar sobre museus", busca criar experiências de aprendizado significativas que estimulem a reflexão crítica, o protagonismo social e a valorização da diversidade.

Principais características da Educação Museal:

- é uma educação não-formal, ou não escolarizada. Complementa e dialoga com o ensino formal, mas é mais flexível, aberta e geralmente mais interativa e sensível aos interesses dos públicos;
- não impõe verdades, mas considera diferentes saberes — tradicionais, populares, acadêmicos etc. —, reconhecendo que o público visitante também é produtor de conhecimento, o que se expressa nas oportunidades de diálogo promovidas durante a mediação;
- deve ser pensada para todos os públicos, com atenção especial à acessibilidade física, comunicacional, sensorial, cognitiva e atitudinal, promovendo igualdade de acesso ao patrimônio cultural. Observa-se que a acessibilidade nos museus não é de responsabilidade apenas do núcleo educativo, mas deve ser um compromisso institucional, abarcando seus diversos setores;
- se relaciona com o território e à comunidade, valorizando os saberes locais, as memórias comunitárias e os contextos culturais dos visitantes, promovendo sentimento de pertencimento e percepção identitária;

- é mais do que a transmissão de informação. Estimula a compreensão crítica da realidade e pode ser ferramenta para a transformação social, por meio do combate a desigualdades, preconceitos e injustiças.



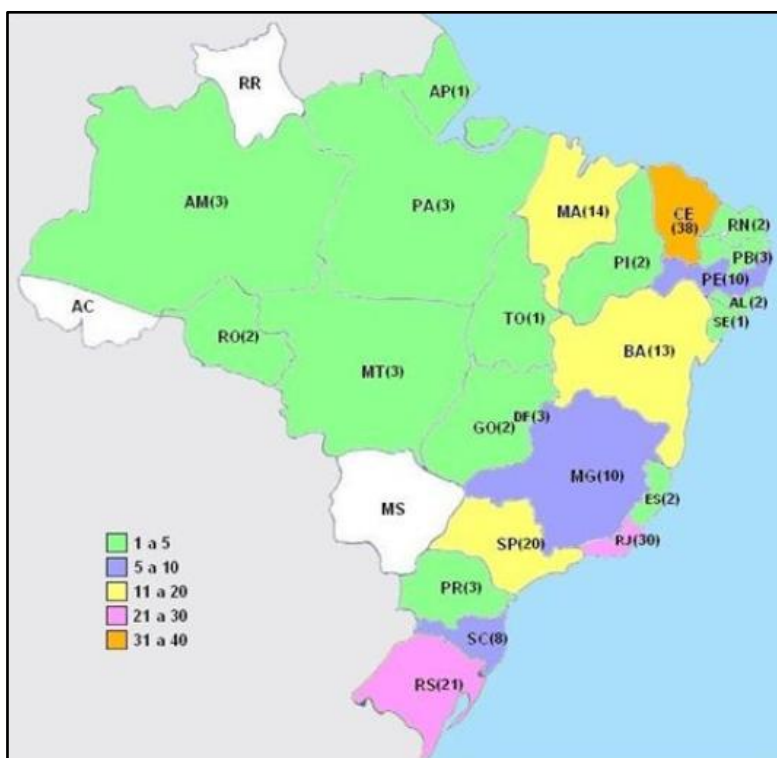
Após os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil, a década de 1980 marcou o início de uma nova fase: a da redemocratização e da ampliação de vozes e representatividade nos espaços e instituições públicas. Museus e instituições culturais também foram desafiados a rever seus papéis.

A redemocratização não deveria se restringir às urnas, mas alcançar também a cultura, a memória e o patrimônio cultural - elementos essenciais para a afirmação identitária e para a construção de uma sociedade diversa e equânime.

Nesse contexto, emergiram no Brasil experiências inovadoras como os ecomuseus e os museus comunitários, que haviam se expressado de forma tímida nas duas décadas anteriores. Esses espaços propõem uma nova maneira de fazer museu: mais aberta, participativa e conectada às realidades locais. Com base em curadorias coletivas, práticas populares e ações de valorização dos saberes dos territórios, essas iniciativas rompem com modelos tradicionais e hierárquicos de gestão da memória.

Segundo SANTOS (2022), tais museus atuam como espaços de representação social, buscando promover conscientização, questionamento e transformação de realidades marcadas por desigualdades históricas. Por meio da valorização dos patrimônios culturais - materiais e imateriais - e naturais, contribuem para o desenvolvimento dos territórios e das comunidades que os habitam.

A pesquisa "Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil" (SANTOS, 2017) mapeou, entre 2013 e 2017, 196 iniciativas espalhadas por todo o país, número que vem se ampliando a partir do reconhecimento de modos próprios de preservação de memórias como estratégias legítimas de musealização por comunidades diversas. Aproximando-se do repertório da Museologia Social, essas comunidades vêm utilizando o museu como ferramenta de visibilidade, empoderamento e educação cidadã.



Cartografia dos Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil. Data base: 2017.
SANTOS, 2022.

Ao promoverem a construção de narrativas museológicas, as comunidades fortalecem a autoestima coletiva e o reconhecimento de patrimônios coletivos, saberes e modos de vida, o que gera pertencimento, percepção identitária, protagonismo e autonomia. Pode ainda impulsionar o turismo cultural e sustentável, em diálogo com outros setores da cidade, como comércio e indústria.

A inclusão de múltiplas vozes no universo museológico transforma os museus, de modo geral, em espaços de diálogo horizontal, onde o conhecimento não é imposto, mas construído coletivamente, o que fortalece o pensamento crítico e amplia o acesso ao saber.

Embora desenvolvidos em outras centralidades, os processos museológicos comunitários há décadas vêm retroalimentando a museologia. São inúmeros docentes e discentes de museologia e áreas afins que visitam museus comunitários e ecomuseus, e com eles desenvolvem projetos de iniciação científica, extensão universitária, entre outros.

Essa aproximação e troca permite a apropriação, pelas comunidades, de técnicas tradicionais de preservação da museologia. Em contrapartida, as comunidades contribuem compartilhando saberes tradicionais e populares diversos, contribuindo para a descolonização da museologia e para enriquecer as reflexões e as práticas museológicas contemporâneas.

Museus tradicionalmente refletiram narrativas dominantes, deixando de fora ou expondo de forma estigmatizada povos indígenas, comunidades negras, populações periféricas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros grupos. Ser participativo e inclusivo é corrigir essa invisibilidade histórica, permitindo que todas as pessoas se reconheçam dignamente nos espaços museais.

Ao acolher novas formas de pensar e fazer, museus participativos inovam em suas práticas, linguagens e métodos, mantendo sua relevância para diferentes públicos, em contextos de grandes transformações, e tornando-se mais sustentáveis a longo prazo, mais abertos a parcerias e colaborações.

Abordando temas atuais como antirracismo, desigualdade, memória periférica, gênero e meio ambiente, os museus se tornam espaços vivos, mais conectados com as realidades e demandas sociais e com impacto direto nas comunidades.

Museus inclusivos são também escolas de cidadania e espaços de experimentação democrática (em referência a Paulo Freire), pois promovem valores como empatia, respeito à diversidade, senso crítico e consciência histórica. Alinham-se, deste modo, com os princípios fundamentais dos direitos humanos: igualdade, dignidade, liberdade de expressão e acesso à cultura.



5. Guarulhos e seus museus

Convidado: Júlio Bueno Rosa Neto, Graduado em Licenciatura em História pela EFLCH-UNIFESP e Mestrando em História pela PPGH-UNIFESP e bolsista Fapesp.

Museu Histórico Municipal

Endereço: Rua dos Coqueiros, 74, Lago dos Patos, Vila Galvão

Horário: Terça-feira a domingo das 9h às 18h

Telefone: (11) 2408-9222

Entrada gratuita

“Fundado em 10 de Outubro de 1960 seu principal objetivo é incentivar estudos históricos e geográficos da cidade. Possui acervo com peças relacionadas à fundação da cidade, que vão desde instrumentos de precisão, tecelagem, arte sacra, utensílios domésticos, folclore e até instrumentos musicais.”



Crédito: Portal de Turismo da Prefeitura de Guarulhos, 2024.

Museu de Ciências Naturais

Endereço: Avenida Glória Pagnoncelli, 344 - Jardim Rosa de França - CEP 07081-120

Horário: Terça-feira a domingo das 9h às 17h

Telefone: (11) 2452-4558 / (11) 2475-9844

Entrada gratuita

“Criado pela lei nº 3.675/1990, o também conhecido como ‘Museu de Ciências Naturais Sylvio Ourique Fragoso’ conta com a exposição de peças vegetais, animais e minerais raros, em estados fósseis ou taxidermizados. Em destaque, pela sua importância histórica, abriga um espécime de anhuma taxidermizada. A anhuma é uma ave que existia em abundância no município de Guarulhos e vivia às margens do rio Tietê, tão comuns que levaram os índios a dar ao Tietê o nome de Anhembi (ou, melhor dizendo, de anhumby: rio das anhumas). No “Brasão de Guarulhos” existem duas anhumas ladeando o escudo de armas, que remete ao passado onde as aves habitavam na cidade em abundância.”



Crédito: Portal de Turismo da Prefeitura de Guarulhos, 2024.

Museu Aeronáutico de Guarulhos

Endereço: Base Aérea de São Paulo (BASP), Av. Monteiro Lobato, 6365 - Cumbica, Guarulhos - SP, 07184-000

Horário: Segunda a sexta-feira das 9h às 16h

Telefone: (11) 2465-2035 (Setor de Comunicação Social da BASP)

Entrada gratuita - Visita mediante agendamento

Inaugurado em 5 de dezembro de 2002 como parte das comemorações dos 442 anos da fundação do município, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Cultura de Guarulhos, a Fundação Santos Dumont e o comando da Base Aérea de São Paulo (BASP), está localizado na antiga estação Cumbica, do extinto Ramal de Guarulhos, hoje lavandeira. Em sua inauguração contou com a exposição “Invenção e Transcendência”, com obras, pertences e objetos pessoais de Santos Dumont. O acervo do Museu possui réplicas dos mais importantes aviões criados por Santos Dumont, como o 14 Bis, de 1906, e o Demoiselle nº 21, de 1956, entre outros.



Crédito: Portal de Turismo da Prefeitura de Guarulhos, 2024.

Museu Comunitário do Jardim Vermelhão

Endereço: Jardim Vermelhão, Pimentas, Guarulhos - SP, 07210-360

Email: museucomunitario.jv@gmail.com / Instagram: @museu.vermelhao

Gratuito para moradores da comunidade - Visita mediante agendamento

“O Museu Comunitário do Jardim Vermelhão foi criado em julho de 2021 a partir do acervo e entrevistas coletadas para a realização do documentário e exposição “Revelando Guarulhos: Memórias do Jardim Vermelhão” (2020). É gerido pelo Projeto Cultural Pimenteiros e Pimenteiras do Vermelhão e conta com diversos parceiros/as. Suas

ações museológicas objetivam a valorização das memórias, histórias e patrimônios comunitários, promover relações inter-geracionais, contribuir com a melhoria da qualidade de vida de moradores/as locais e para o desenvolvimento do bairro. Busca envolver a comunidade em ações de pesquisa, registro e divulgação das referências patrimoniais mencionadas, a partir do referencial - conceitos e estratégias - da Museologia Social” (MCJV, 2025).



Visita mediada pela equipe do MCJV no campo do Jardim Vermelho.
Créditos: Gustavo Silva @legadophotos, 2021. Acervo MCJV.

Era Virtual Museu Guarulhos

Projeto idealizado pela ONG Eco Social Água Azul e contemplado pela Lei Aldir Blanc
<https://www.eravirtualmuseu guarulhos.com.br/>
<https://www.facebook.com/museuvirtualguarulhos>

“O projeto Era Virtual Museu Guarulhos, desenvolvido em 2021, teve como objetivo apresentar o município virtualmente, em um site com narrativas sobre sua história desde a formação geológica e natural, passando pelos períodos colonial, imperial, republicano até os dias atuais. Contou com atividades online gratuitas, como cursos, rodas de conversa, museu itinerante com exposições em vários pontos da cidade, e promoveu circuitos históricos Caminhos do Ouro e Colinas Serras e Águas, passando por áreas com potencial turístico e histórico, importantes e com grandes revelações do passado da cidade. O site teve tradução para o espanhol e o inglês.”



Fonte: Fanpage Era Virtual - Museu Guarulhos. Facebook, 2024.



6. Presença Indígena em Guarulhos

Convidadas/os: A aula será conduzida por meio de uma vivência no Espaço Wassu, localizado na Aldeia Multétnica de Guarulhos. Responsáveis: Deise Wassu e Ibyrassu Maximo Wassu - Povo Wassu-Cocal - Reserva Indígena Filhos Desta Terra (Guarulhos/SP).

A projeção dos movimentos indígenas brasileiro e internacional nas últimas décadas tem sido um dos fenômenos mais importantes e transformadores do cenário sociopolítico contemporâneo. Trata-se de um processo de resistência, afirmação identitária, luta por direitos e protagonismo político que rompe com estigmas históricos de silenciamento, invisibilidade e subestimação.

Desde a colonização, os povos indígenas enfrentam processos de expropriação, genocídio e apagamento cultural (etnocídio). Porém, a partir da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, apesar da repressão, consolida-se no Brasil um movimento indígena organizado, que vai ampliando sua visibilidade e força ao articular resistência local e articulação política nacional e internacional.

A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse processo. Fruto de intensas mobilizações indígenas durante a Assembleia Constituinte, ao reconhecer os direitos ao território, à cultura e à autodeterminação, insere os povos indígenas no marco legal de direitos humanos no Brasil. O discurso histórico “enlutado” proferido por Ailton Krenak, líder indígena da etnia Krenak, ambientalista, filósofo, poeta, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, é emblemático nesse contexto, e foi um ato decisivo para a aprovação dos artigos 231 e 232 (Cap. VIII - Dos índios) da Constituição Federal pelos parlamentares, que reconhecem a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, devendo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar.



Ailton Krenak, após pintar o rosto com pasta de jenipapo, em discurso em prol dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Constituinte de 1987.



O Censo/IBGE de 2022 aponta que Guarulhos possui uma população de 1.291.784,00 pessoas, sendo o 13º município mais populoso do país e o 2º mais populoso do estado de São Paulo. A partir de seus dados, estima-se que 48,6% das pessoas munícipes se consideram brancas; 40,8% pardas; 9,5% pretas; 0,9% amarelos; 0,1% indígenas; e 0,1 não declararam.

Os dados revelam que houve um avanço de 15% na população indígena local desde o CENSO/IBGE de 2010. Essa população é representada por 14 povos: Pankararé, Pankararú, Wassu Cocal, Tupi, Kaimbé, Guarani, Geripanko, Guajajara, Xavante, Pataxó, Tupinambá de Olivença, Xucuru, Terena e Tabajara.

A partir da afirmação de que “o Brasil é terra indígena” e os processos históricos que obrigaram o deslocamento de diversas populações, considera-se que os povos indígenas permanecem em seu território tradicional por direito, portanto são livres para afirmar sua identidade e exigir seus direitos independentemente de onde estejam.

Embora Guarulhos contasse com algumas representações indígenas em espaços públicos da cidade, relacionadas ao etnônimo atribuído ao município, o protagonismo indígena contemporâneo presentifica e garante voz às narrativas indígenas contemporâneas, retirando a presença indígena do passado da história de Guarulhos e dando outro tom à representatividade.



Índio Guarú, obra do artista Osvaldo Alves. Ano da fotografia: 2016.
Acervo: AAPAH/Bruno Leite de Carvalho.



Acervo do Museu Histórico de Guarulhos. s/d.
Registro: Barbara Silva.

Um fato marcante na história indígena de Guarulhos é a realização dos Encontros dos Povos Indígenas de Guarulhos desde o ano de 2008, aonde foram e são apresentadas diversas demandas ao poder público. O encontro, que em 2024 realizou sua 17ª edição, ocorre anualmente, e após décadas de mobilização das lideranças indígenas locais e a ocupação de algumas áreas da cidade, em 2017 ocorre a cessão do atual espaço da Aldeia Multiétnica, no Cabuçu, região norte de Guarulhos.

A Aldeia Multiétnica “Filhos dessa Terra”, localizada em Guarulhos, é outro fato marcante e muito representativo desse processo. Nela habitam em torno de 22 famílias, aproximadamente 70 pessoas de diversas etnias, a maioria migrante da região nordeste.

Em 2 de outubro de 2024 houve a inauguração do Centro Cultural e Cozinha Comunitária Espaço Wassu Kyre'yimba'py'atã. Se trata de mais um espaço cultural na aldeia, aberto à vivências comunitárias e à recepção de visitantes externos.

Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra

Website: <https://aldeiafilhosdessaterra.comunidades.net/>

Instagram: @filhosdestaterra



Inauguração do Centro Cultural e Cozinha Comunitária - Espaço Wassu Kyre'yimba'py'atã, out. 2024. Foto: Suzy Santos.

Nesse contexto de retomada uma importante questão e um chamado à reflexão se apresenta:

O que ocorreu com as populações indígenas “guarulhenses” entre as “expedições de apresamento”, a criação do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos e as inúmeras revoltas ocorridas na região de Guarulhos entre os séculos XVII e XVIII, e a criação da Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, nas últimas décadas?

7. Presença Negra em Guarulhos

Convidadas/os: A aula será conduzida por meio de uma visita ao Memorial Mãe Efigênia, no Ilê Axé Omon Obá Olooke ty Efon, além de uma vivência com o Grupo Capoeira ECE Brasil (Mestre Dinho Caruaru e Mestra Nega Tana).

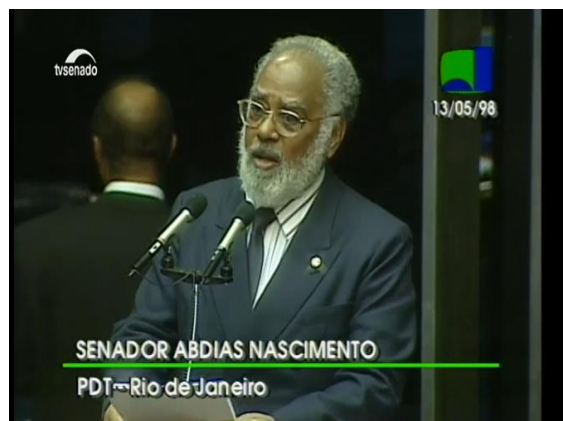
Nas últimas décadas, além do engajamento do movimento indígena, o movimento negro também se expressou enfaticamente, promovendo muitas transformações sociais, em favor da democratização e diversificação dos espaços políticos, formativos, laborais e culturais, onde se tem ampliado a representação e a presença destes grupos sociais inviabilizados pela história oficial brasileira.

Desde o início da presença colonizadora nas Américas sempre houve resistência à invasão de territórios indígenas tradicionais, seja em território brasileiro ou em outras regiões habitadas. Do mesmo modo que sempre houve resistência à escravização, à colonização de corpos, mentes, expressões de fé e até de paladares, e muita luta pela garantia de direitos. Ao mesmo tempo em que sempre houve variados modos de desfavorecer essas populações, num esforço para que fossem mantidas as estruturas dominantes patriarcais mesmo em novos contextos.

Aos povos indígenas era negado o direito ao seu território originário, aos povos africanos e seus descendentes primeiro o direito a seu corpo-território e, segundo, o direito à reconstrução de modos de vida próprios, tradicionais, em territórios recriados, sejam eles quilombos ou comunidades contemporâneas.

Na pesquisa “A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos” (NERIS, 2015), Natália Neris apresenta como foram apresentados, argumentados e debatidos temas e demandas relacionadas à questão racial e combate ao racismo no contexto da ANC. Segundo a autora, “o movimento negro se articulou de forma muito intensa para participar desse processo”. Comenta ainda o simbolismo desse debate em 1988, ano em que se tentaria celebrar o centenário da abolição. De acordo com o movimento negro, a Lei Áurea apenas aboliu a escravidão, mas manteve a população negra à margem durante todo o período republicano. Deste modo, enfatiza-se que não havia nada a se comemorar. Ao invés disso, o Estado brasileiro deveria reconhecer as desigualdades [raciais] e implementar políticas públicas para a população negra. As demandas apresentadas não foram todas incorporadas à Carta Constitucional, mas foram importantes ao colocar a temática racial na agenda governamental brasileira, e tornar o direito um campo de disputa para o movimento.

Dez anos depois (1998) Abdias Nascimento, então senador, militante, artista plástico, escritor, professor, dramaturgo e gestor público, profere discurso significativo em razão da permanência das desigualdades e do racismo no cotidiano brasileiro, expresso de diversas maneiras, que impede e/ou dificulta a manutenção de modos de vida tradicionais e/ou ascensão socioeconômica da população negra.



Senador Abdias Nascimento denuncia, em plenário em 1998, denúncia e persistência do racismo no Brasil.

Apesar dos avanços e da aprovação da chamada “Constituição Cidadã”, que em muitos de seus artigos garante a vida, a dignidade e a preservação cultural dos grupos sociais indígenas e negros, e de leis complementares como a lei 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (adicionada pela lei mais recente), e a lei 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas para o Ensino Superior, alguns passos foram dados, mas ainda é necessário muito para uma verdadeira equidade e democracia racial na sociedade brasileira.

As políticas afirmativas se mostram importantes em diversos sentidos, assim como a criação de instâncias governamentais como as Secretarias de Igualdade Racial, dedicadas à elaboração de políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Com a ampliação das discussões sobre a questão racial nos últimos anos, especialmente após o assassinato de George Floyd em 2020 nos Estados Unidos, a criação do movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), a ampliação das manifestações antirracistas ao redor do mundo, a criação de diversos perfis nas redes sociais sobre identidade negra, entre outras ações, é notável o impacto nos processos de reconhecimento identitário e autodeclaração.



O Censo/IBGE de 2022 aponta que 50,3% da população de Guarulhos se considera preta (9,5%) ou parda (40,8%). No Censo/IBGE de 2010, a população autodeclarada preta era de 6,3% e parda 38,8%. Ou seja, pela primeira vez a população negra (reunião de pardos e pretos, de acordo com o movimento negro) é majoritária em Guarulhos.

O dado acima torna imprescindível a realização de pesquisas mais detalhadas no município para ampliar os indicadores sobre a população negra que possam embasar a elaboração de políticas públicas antirracistas e de combate às desigualdades, além da garantia de presença de representatividade nas instituições públicas e privadas Guarulhenses, especialmente em cargos de gestão.

Dados e informações sobre as populações indígenas e negras Guarulhenses durante o período colonial podem ser observados em diversos documentos históricos

pertencentes à igreja católica, às famílias escravocratas, à gestão pública do período ou mesmo na imprensa local. A realização de pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas, museológicas, artísticas, entre outras, que aprofundem e direcionem outras percepções e métodos de análise sobre estes acervos certamente aprofundará o conhecimento sobre essas presenças em diferentes tempos e espaços.

A cultura material presente nos territórios ocupados por essas populações também dão pistas relevantes para que sejam “demarcadas” simbolicamente suas presenças ao longo do tempo.

Para além de estruturas coloniais construídas por mãos negras, como casarões e igrejas, consideram-se espaços negros por excelência aqueles dedicados às religiões de matriz africana ou que preservam tradições culturais negras, como as academias e centros culturais de Capoeira. São importantes lugares de memória e referência patrimonial que, assim como acervos referentes às irmandades negras, podem revelar muito da história negligenciada de diversos municípios Brasil adentro.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Guarulhos. Autoria desconhecida. Cerca de 1900. Acervo: Arquivo Histórico Municipal Araci Borges. Marcação da representação da Antiga Igreja dos Homens Pretos.



I

Iê Axé Omon Obá Olooke ty Efon, mar. 2022. Foto: Suzy Santos.



Grupo Capoeira ECE Brasil durante o 2º Cortejo de Preservação das Culturas Populares e Afro-brasileiras. Praça Eduardo Tadeu Mudalen (Praça do Stella, Pimentas), fev. 2020.

Acervo: Capoeira ECE Brasil/Legado Photos.

Alguns marcos simbólicos da presença e importância da presença negra no município de Guarulhos são a criação do **Parque Natural Municipal da Cultura Negra – Sítio da Candinha** em 2008 e a aprovação do tombamento do **Ilê Axé Omon Obá Olooke ty Efon**, Terreiro de Candomblé de nação Ketu, em 2023.

O Parque Natural Municipal da Cultura Negra – Sítio da Candinha (Lei Municipal nº 6.475/2008) deveria ser instalado no território da casa sede da Fazenda do Bananal, uma das construções mais antigas de Guarulhos, construída no início do século XIX em taipa de pilão, possuindo também construções mais recentes, em tijolo de barro. A propriedade foi adquirida pelo bandeirante Amador Bueno da Veiga em 1717, por meio de carta de sesmaria concedida por D. Pedro de Almeida (Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, 3º governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro). A casa da família de Dona Maria Cândida Barbosa (1902-1970) compõe o cenário do ciclo do ouro de Guarulhos, situado nas proximidades do Campo do Ouro. Contudo, a propriedade ficou conhecida como Casa ou Sítio da Candinha no século XX, devido à administração da fazenda, que tinha atividades agrícolas e criação de animais, por Dona Candinha após a viuvez, em 1932.

O decreto nº 22787/2004 declarou a área de utilidade pública para fins de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha, com o objetivo a preservar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, a conservação da biodiversidade e a garantia da manutenção dos serviços da biosfera. Embora ainda hoje a gestão pública não tenha dado prosseguimento ao restauro da Casa da Candinha, organização do Parque e criação de um Espaço Cultural e Museológico, entende-se que a existência de espaços de memória que referenciam as histórias plurais e culturalmente diversas de Guarulhos é fundamental para ampliar o senso de pertencimento de sua população.

Já o Ilê Axé Omon Obá Olooke ty Efon – Axé Ogodô foi o primeiro templo de religião afro-brasileira reconhecido como patrimônio cultural e histórico na esfera municipal guarulhense, cujo tombamento foi aprovado por unanimidade em Assembleia do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Guarulhos (CPHAACG) realizada em 2 de maio de 2023. Desde então, aguarda-se a publicação de Decreto pela gestão municipal informando sobre o tombamento.

8. Presença nordestina em Guarulhos e a ocupação recente da cidade

Convidadas/os: A aula será conduzida por meio de uma visita ao Museu Comunitário do Jardim Vermelho.

O território Guarulhense se forma a partir de uma ocupação colonial que subjuga a população indígena local. Reúne-se grupos indígenas da região em aldeamentos, objetivando sua “redução” étnica e miscigenação. Há relatos de diversos enfrentamentos e revoltas locais, mas à medida que as décadas avançam, a menção a povos indígenas nos territórios silenciam.

Presença africana ou afro-brasileira, necessária para as empreitadas coloniais pela população portuguesa, seja para a exploração da mão de obra escravizada na extração de ouro seja para o trabalho nas lavouras ou na cidade, aparece tanto em relatos e documentos históricos, quanto na imprensa local e resquícios de cultura material (como escavações).

No período republicano (1889 a atual), após um fluxo inicial da instalação de imigrantes italianos, japoneses, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses e alemães no município, nas primeiras décadas do século XX, nota-se, a partir da década de 1950, mais marcadamente nas décadas de 1960 e 1970, com o avanço do processo de industrialização da cidade, a presença de migrantes nordestinos, que alimentam o chão de fábrica de muitas indústrias que se instalaram nos arredores da Rodovia Presidente Dutra, além de sua própria construção.

A partir da década de 1980 os setores do comércio e prestação de serviços se expandem, e em meados da década instala-se o Aeroporto Internacional em Cumbica. Toda essa movimentação provoca intensos fluxos migratórios para o município e, em decorrência da ausência ou insuficiência de políticas habitacionais, ocorre a ocupação de diversas regiões sem planejamento urbano, originando as primeiras favelas em Guarulhos.

Observa-se que as favelas locais, que como tantas outras são territórios resididos por populações de baixa renda, são ocupadas principalmente por pessoas de origem nordestina, muitas delas negras. Desse modo, há um recorte étnico e racial na ocupação da cidade, o que torna imprescindível, além das políticas públicas culturais, políticas habitacionais e de infraestrutura que contribuam com as melhorias destes territórios e criem oportunidade de moradia digna e qualidade de vida a estas cidadãs e cidadãos, além de outros direitos sociais básicos, como saúde e educação de qualidade.

Estima-se que em torno de 400.000 das 1.291.771 (IBGE, 2023) pessoas que formam a população Guarulhense na atualidade seja nordestina, entre migrantes e seus descendentes, o que torna a cidade a casa da *segunda maior comunidade nordestina do estado*, ficando atrás apenas da capital.

Para além da favelização de territórios e altas demandas sociais para ampliar e melhorar a infraestrutura dos bairros, é imprescindível evidenciar os traços positivos desses lugares tão estigmatizados socialmente. Neles, grupos sociais preservam e compartilham cotidianamente seus saberes, tradições, patrimônios e memórias.

Forró, cordel, xilogravura, festas juninas, capoeira, falares, poesias e tantas outras formas de expressão dessa cultura estão presentes no dia a dia guarulhense. Nesse sentido, é de fundamental importância evidenciar a presença, valorizar e fomentar as culturas nordestinas nos espaços culturais, artísticos, de memória e representação. Cabe saber quais origens são essas, como foram os fluxos migratórios, quais tradições foram possíveis manter nesse novo território, se as famílias mantiveram conexão com a cultura nordestina ou passaram por processos de ruptura, e como se deu a reorganização familiar após a migração.

Enfim... são questões que nos ajudam a compreender mais sobre nós mesmos, a compreender a conformação contemporânea do município onde habitamos e também tem o potencial de nos ajudar a lidar melhor com novos imigrantes, como bolivianos, venezuelanos, haitianos e paraguaios.

Diversidade não nos falta! Que saibamos considerar e respeitar cada uma das expressões culturais nos ambientes nos quais atuamos e que frequentamos.



9. Oficina “Escrevivências Museológicas”

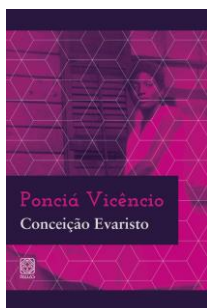
A oficina “Escrevivências Museológicas” tem como inspiração a produção literária da escritora, professora e pesquisadora Conceição Evaristo.

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1946, em uma família empobrecida e numerosa, e foi a segunda filha entre nove. Sua mãe, Joana Josefina Evaristo Vitorino, foi sua principal incentivadora na leitura.

Viveu seus primeiros anos na favela do Pendura Saia, comunidade localizada da zona sul de Belo Horizonte, removida na década de 1970. Evaristo saiu da favela para poder conciliar os estudos do Curso Normal - formação de professores para o Ensino Infantil e Fundamental - enquanto trabalhava como empregada doméstica. Concluiu o curso 1971, aos 25 anos.

Na década de 1970 Conceição Evaristo migra para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como professora da rede pública de ensino. Posteriormente, gradua-se em Letras pela UFRJ, tornou-se Mestra em Literatura Brasileira pela PUC-RJ, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na UFF, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em diálogo com a do angolano Agostinho Neto.

Suas obras, em especial o romance *Ponciá Vicêncio*, de 2003 (a primeira obra), abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe. Em 2017, Conceição Evaristo foi tema da Ocupação do Itaú Cultural de São Paulo, em 2019 foi a grande homenageada da Bienal do Livro de Contagem (MG) e em 2023 recebe o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano. Em 15 de fevereiro de 2024 foi eleita para a cadeira de número 40 da Academia Mineira de Letras.



Capa do livro *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, 2003.

Conceição Evaristo também foi condecorada com o título de doutora *Honoris Causa* pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Bibliografia do curso e indicação de leituras

BARRETO, Marcus Vinícius R. A Jurema entre Guarulhos e Recife: os usos políticos da cultura. 112 f. Guarulhos: Dissertação de Mestrado, Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNIFESP, 2015.

BORGES, Augusto César Maurício; Omar, Elmi El Hage (Orgs.). Signos e significados em Guarulhos: identidade, urbanização, exclusão. São Paulo: Navegar, 2014.

BRUNO, Maria Cristina (Org.). O Icom-Brasil e o pensamento Museológico brasileiro: documentos selecionados (Volumes 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado de São Paulo, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM – Museologia Social. Chapecó: Unochapecó, Ano 27, n.41, dez. 2014. p.9-24.

COSTA, Andrea Fernandes e SILVA, Maurício André da. A história da educação museal brasileira pelo CECA-BR [Editorial]. História da educação museal no Brasil. São Paulo: ICOM-CECA.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo / ECA-USP, São Paulo, 2005.

_____. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

GAMA, Nilton César de Oliveira. O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso: 06.05.2019.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. Estudos de Museologia. Caderno de Ensaios, n.2. Rio de Janeiro Janeiro: MINC/IPHAN, 1994, p.65 a 74.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. Museus, dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005.

POULOT, Dominique. Museu e Museologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: Ibram, 2018.

_____. Caminhos da memória: para fazer uma exposição. Pesquisa e elaboração do texto: Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2017. – (Série Caminhos da Memória, 1).

_____. Legislação sobre museus [recurso eletrônico]: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série legislação; n. 268 PDF). Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/legislacao_museus_3ed.pdf. Acesso: 20.02.2024.

_____. Plano Nacional Setorial de Museus PNSM 2025-2035. Brasília: 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte de 1987. Facebook - Memorial da Resistência, 6 set. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/memorialdaresistencia/videos/discurso-de-aitlon-krenak-na-assembleia-constituente-de-1987/823775168990193/>. Acesso: 22.02.2024.

MUSEU Aeronáutico será inaugurado na Base Aérea nesta quinta-feira. Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos, 04 dez. 2002. Disponível em: <https://www.aceguarulhos.com.br/blog/museu-aeron%C3%A1utico-ser%C3%A1-inaugurado-na-base-a%C3%A9rea-nesta-quinta-feira/#qsc.tab=0>. Acesso: 28.02.2024.

MUSEU da Aeronáutica é fechado sem aviso prévio. Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos, 11 ago. 2008. Disponível em: <https://www.aceguarulhos.com.br/blog/museu-da-aeron%C3%A1utica-%C3%A9-fechado-sem-aviso-pr%C3%A9vio/#qsc.tab=0>. Acesso: 28.02.2024.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). Educação museal : conceitos, história e políticas. Organizadores: Fernanda Castro, Ozias Soares e Andréa Costa. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. Em 1998, senador Abdias Nascimento denuncia persistência do racismo no Brasil. Youtube Senado Federal, 6 mai. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pwmibmGStPE&t=159s>. Acesso: 22.02.2024.

OLIVEIRA, Amanda de Almeida. O Sistema de Documentação Museológica como Suporte para a Comunicação com o Público: a cadeirinha de arruar do Museu de Arte da Bahia. 111 f. Salvador: Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Museologia), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

PLENS, Cláudia R. Lugares de religião de matriz africana no território de Guarulhos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia das USP. São Paulo: MAE-USP, 26: 151-162, 2016.

_____. Objetos, Paisagens e Patrimônio: Arqueologia do Colonialismo e as Pessoas de Guarulhos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia das USP. São Paulo: Annablume/FAPESP/LEA, 2017.

PREFEITURA de Guarulhos. Inventário Casa da Candinha, 2018. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/patrimonios_historicos/INVENT%C3%81RIO%20CASA%20DA%20CANDINHA.pdf. Acesso: 29.02.2024.

_____. Plano Municipal de Cultura. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/2021-04/Plano_Municipal_de_Cultura%20%281%29.pdf. Acesso: 29.02.2024.

_____. Reconhecer as Diferenças, Superar a Intolerância, Promover a Diversidade. Conselho de Igualdade Racial. Disponível em: <https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/Combate%20%C3%A0%20Intelor%C3%A2ncia%20Religiosa.pdf>. Acesso: 29.02.2024.

PRIMEIRO Encontro dos povos indígenas de Guarulhos (SP). Conselho Indigenista Missionário, 01 jul. 2008. Disponível em: <https://cimi.org.br/2008/07/27588/>. Acesso: 10.03.2024.

ROSA NETO, Júlio Bueno. A escrita da história no Museu Histórico Municipal de Guarulhos. In: UNESP. Ensaios de História. Franca/SP: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp Franca, p.177-203, 2019.

SANCHES, Lucas. Plano de Governo Guarulhos - Lucas Sanches. Disponível em: https://files-eleicoes.adzep.io/2024/propostas/SP/2024SP250001921615_01.pdf. Acesso: 18 jan. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações, Brasília, INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Carlos José Ferreira. Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Natália Neris da Silva. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. São Paulo: FGV, 2015.

SANTOS, Plínio Soares dos. A transformação da estrutura urbana na cidade de Guarulhos e a constituição de uma nova centralidade no bairro dos Pimentas. São Paulo: FMU, 2016.

SANTOS, Suzy S. Diálogos entre a Capoeira e a Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT, v.55, n.12, 2018. p.73-88. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6529>. Acesso em: 29 dez. 2018.

_____. Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. 724f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, MAE-USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php>. Acesso: 20.11.2023.

_____. Museus indígenas e a construção de museologias afirmativas. In: CURY, Marília Xavier (org.). Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuïre, 2020. 248 p. (Coleção Museu Aberto).

_____. Os Museus que queremos - Integrais, integrados, comunitários... são várias as possibilidades e os desafios da museologia contemporânea. Revista Comunicação & Memória, nº 06, 2022.

SEABRA, Juliana; FERNANDES, Larissa Lucindo, GUERRA, Tiago Cavalcante. Inventário das obras de arte em espaços públicos da cidade de Guarulhos. Guarulhos, SP: AAPAH, 1ª ed., 2023.

SEADE. Retratos de São Paulo: População: Guarulhos. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=1&indId=5&locId=3518800&busca=>. Acesso: 10.03.2024.

SISEM-SP (Org.). Museus: o que são, para que servem? São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A educação museal e a produção do conhecimento acadêmico: algumas tendências. Diálogos em campo: experiências educativas em museus durante a pandemia. Tradução . São Paulo: IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, 2022.

VILARDAGA, José Carlos. Terras, ouro e cativo: a ocupação do aldeamento dos Guarulhos nos séculos XVI e XVII. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, nº 26 p. 42-61, 2016.

TEIXEIRA, Carolina R.; SANTOS, Suzy S. Documento de Orientação - Antirracismo em Museus. São Paulo: SISEM-SP, dez. 2024.

I Ciclo Formativo da ELMP/PE - Live 4. Youtube - Escola Livre de Museologia Política, 31 ago. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xr0DS_9-2pQ. Acesso em: 07 jul. 2024.

Websites:

Aldeia Multiétnica Filhos Dessa Terra: <https://aldeiafilhosdessaterra.comunidades.net/historia-da-aldeia-filhos-dessa-terra>

Associação Amigos do Arquivo e Patrimônio Histórico de Guarulhos (AAPAH):
<https://aapah.org.br/>

Conselho de Igualdade Racial de Guarulhos: <https://www.guarulhos.sp.gov.br/conselho-igualdade-racial>

Conselho Internacional de Museus: http://www.icom.org.br/?page_id=2781

Instituto Brasileiro de Museus: <https://www.gov.br/museus/pt-br>

Sistema Estadual de Museus do Estado de São Paulo: www.sisemsp.org.br/

Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico:
<https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/unidades-gestoras-da-sec-sp/>

Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Guarulhos:
<https://turismo.guarulhos.sp.gov.br/content/museus>